



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 25 DE JULHO DE 1995

*Estimado amigo Dom José Freire Falcão, Cardeal-Arcebispo de Brasília; Senhor Ministro dos Transportes, Odacir Klein; Ministro das Comunicações, Sérgio Motta; Senhores Ministros, aqui presentes; Brigadeiro Lobo, Presidente da Telebrás; Dr. Hargreaves, Presidente dos Correios; Senhoras e Senhores que aqui vieram neste dia; A Cláudia que aqui está; Marcelo França; A Senhora Dona Maria Bragança; o Dr. José Roberto; e esse enorme contingente de pessoas que se mobilizaram para chamar a atenção do País inteiro para a gravidade da situação das nossas estradas e da porcentagem de acidentes que nela ocorrem.*

Já disse o Ministro dos Transportes que, se não fosse a ação coordenada – e agradeço ao José Roberto – entre o Governo e, sobretudo, os familiares de acidentados e de vítimas de acidentes de trânsito; se não fosse o entusiasmo do José Lopes da Silva, que aqui veio trazendo essa chama e a imensa cobertura da imprensa e a ação crescente – já ressaltada pelo Ministro Sérgio Motta – de colocar-se, como o Governo vem fazendo, os meios de comunicação como um serviço de utilidade pública, nós não teríamos conseguido chamar essa atenção.

As minhas primeiras palavras, portanto, são de agradecimento – e, muito especialmente, de recordação das vítimas fatais – às famílias. Todos nós temos, de um jeito ou de outro, experiências semelhantes. E aqueles que foram vitimados, que continuem lutando para que outros não tenham o mesmo destino.

É uma demonstração de generosidade, de coragem e de civismo estarem aqui recordando, neste dia de prevenção de acidentes, o que lhes aconteceu. E eu agradeço em nome do Brasil.

Agradeço a todos que se envolveram nesta Campanha, e quero dizer que o Governo – já foi ressaltado pelos Ministros que me antecederam –, dentro das suas possibilidades, está atuando. O Brasil despertou. A prova disso são vocês.

O Governo, sozinho, não faz nada. A sociedade, sem o Governo, também não tem a mesma capacidade de mobilização. Mas, juntos, nós podemos ir corrigindo os muitos problemas do Brasil. Leva tempo. Não há milagres. Não se faz do dia para a noite, mas nós estamos corrigindo, às vezes, com algum equívoco aqui, uma incompreensão acolá, mas, na verdade, nós estamos corrigindo, em vários setores, em muitos setores. Cada dia é um setor novo em que nós estamos traçando os rumos. Outros prosseguirão.

O Brasil tem um destino glorioso pela frente, e muitas gerações nos sucederão; e vamos nos aperfeiçoando. Mas isso não pode servir de escusa para não fazermos, já, o que é possível agora. O que é possível agora, em primeiro lugar, é chamar a atenção do País.

O Ministro Klein disse uma coisa verdadeira: o Governo está, dentro dos seus recursos, dando um certo impulso à recuperação das estradas. Com todas as dificuldades. Mas nós vamos fazer. O importante é mostrar que a diligência é necessária, que é necessário dar consciência, ao motorista, da sua responsabilidade. O fato que para mim foi surpreendente, que acabei de reafirmar esta manhã, aqui, de que a maior parte dos acidentes ocorre em condições normais, mostra que há dois lados nessa questão, e, aí, depende muito de nós, depende da mídia, depende de uma ação de tornar conscientes os usuários das estradas. E é isso que nós estamos pretendendo fazer.

Não vou descuidar dos outros aspectos que ainda não foram mencionados, mas eu sei que está no âmago desse abaixo-assinado de milhões de pessoas, que nos trazem aqui a questão do Código de Trânsito, a nova legislação que está no Congresso.

Houve uma proposta do Executivo que sofreu algumas modificações, que vamos ajustar. Há questões, como vocês sabem, quanto à municipalização, quanto à responsabilidade, quanto ao Ministério dos Transportes, ao Ministério da Justiça. Mas tudo isso, com boa vontade, com compreensão e com decisão, se resolve. E, naturalmente, pediremos aos nossos líderes no Senado que agilizem a definição dessas regras, porque há um aspecto que dói muito: a impunidade.

A impunidade, nessa matéria, é alentadora de novos acidentes porque, na verdade, as vítimas, na maior parte das vezes, não são as responsáveis. Pode ser que o tempo esteja bom, a estrada boa, mas quem sofre não é necessariamente quem está conduzindo. Muitas vezes é um outro carro que vem e abalroa e, muitas vezes, é um comportamento – eu diria uma palavra dura – criminoso. Nesse caso, tem que haver punibilidade.

Nós, no Brasil, temos que começar a mudar nossa atitude de condescendência nos vários aspectos da vida social que requerem exemplaridade. Esse é um. Não se trata de vingança; ninguém tem esse espírito, pois esse espírito não ajuda. Trata-se de educação. E parte do processo educativo implica, também, a disciplina e o rigor da pena, quando a pessoa atua irresponsavelmente. Isso que se cobra, com razão, do Estado, na corrupção, no desmazelo, em que também tem que haver punição, nós temos que cobrar em geral e, sobretudo, quando há vítimas fatais.

Então, acredito que esse aspecto diz respeito, talvez, mais ao Código Penal do que ao Código de Trânsito. Mas são questões que se resolvem. Se pertence ao Código Penal, que se ponha no Código Penal, simultaneamente. Sempre há soluções. Não se deve colocar um obstáculo à solução de um problema dessa gravidade simplesmente porque tecnicamente é isso ou aquilo. Técnicos existem para inventar soluções. A sociedade clama por soluções.

No dia de hoje, o que eu queria reafirmar, além dos agradecimentos já feitos e reiterados, é que nós vamos cuidar do assunto e que os

Ministros das áreas competentes – no caso, agora, da legislação: dos Transporte e da Justiça – já estão incumbidos, por mim, de uma negociação com o Congresso para que tenhamos esse assunto equacionado através da legislação. E o resto são campanhas contínuas.

Não se resolve um problema dessa gravidade chamando a atenção num dia. Ou há persistência ou não se resolve; e essa persistência vai do púlpito à imprensa. Da ação cotidiana nossa à punição é uma ação convergente. Por isso nós estamos aqui juntos, autoridades civis, eclesásticas, militares e, sobretudo, as pessoas responsáveis que se organizaram nesses núcleos das vítimas de acidentes, para chamar a atenção e mostrar que nós somos solidários – embora possamos eventualmente ter a tristeza por um acontecimento entre os mais próximos –, que a nossa solidariedade é ampla e, nessa solidariedade ampla, nós estamos preocupados com o bem-estar do conjunto da população.

Tenho certeza de que nós vamos abrir caminhos também nessa área e vamos reduzir o número de acidentes da maneira mais consistente possível, para que o Brasil possa dizer, efetivamente, sem jactância, mas sem ser mentira, que é um país civilizado.

Muito obrigado.